

Aclamação de Dom José I

MOACYR FLORES*

A relação de fidelidade entre o súdito e o monarca era fundamental para a manutenção da estrutura da sociedade luso-brasileira no século XVIII. A sociedade portuguesa codificou a relação de fidelidade, transformando a inconfidência à coroa no maior crime político que merecia a pena de morte e maldição para os descendentes do inconfidente.

Examinando as comemorações do passado, podemos ver com bastante clareza a evolução das mentalidades. Hoje há maior individualismo, as pessoas não pensam mais como seus avós ou como seus pais. No período colonial português a sociedade era mais hierarquizada que a de hoje e as pessoas eram obrigadas a exteriorizar o respeito para com as autoridades civis, militares e eclesiásticas. Obviamente nesse respeito havia também uma dose de temor, porque as pessoas maiores da sociedade tinham poderes acima das pessoas comuns que não podiam contestar e contavam apenas como freio a misericórdia dos poderosos. Mesmo que a autoridade não estivesse presente, poderia estar representada por seu retrato, cetro ou coroa. Inclinar-se perante o trono vazio era o mesmo que prestar reverência à pessoa do rei.

Uma das cerimônias que se repetia em todos os lugares de um reino era a aclamação do rei, mesmo que ele não estivesse presente, bastando para isto um símbolo que o representasse. A aclamação pública era um ato solene, em que a voz do povo reconhecia um rei como soberano. Os que aclamavam eram considerados súditos do rei, devendo-lhe fidelidade e obediência.

A cerimônia de aclamação na Colônia do Sacramento, que seria entregue aos espanhóis em troca dos Sete Povos, conforme o Tratado de Madri, caracterizou-se como uma declaração da manu-

* Professor no Departamento de História da PUCRS.

tenção do vínculo com a monarquia portuguesa e de fidelidade à identidade lusitana. Os festejos com exercícios militares, realizados ritualisticamente na presença de convidados espanhóis oriundos de Buenos Aires, antiga praça de inimigos, constituíram-se também numa demonstração de que não havia ruptura com Portugal, e que os soldados da Colônia de Sacramento estavam prontos para defender os interesses da metrópole. Os exercícios de cavalaria faziam parte da memória de compromisso com a coroa, onde não havia lugar para a traição. Os exercícios militares dos festejos de aclamação simbolizavam também que a guarnição da Colônia de Sacramento estava pronta para a luta contra qualquer inimigo.

Em 2 de fevereiro de 1752 aconteceu a aclamação do rei D. José e da rainha Maria Ana Vitória, na Colônia do Sacramento, com toda a pompa e ostentação, merecendo registro impresso, por conta do comandante e governador D. Luís Gracia de Bivar, como testemunho de fidelidade de seus súditos distantes, fixados nas fortificações na margem esquerda do Rio da Prata, última fronteira sul da colônia portuguesa na América.¹

D. José I (1714-1777) era filho de D. João V e de Maria Ana da Áustria. Ocupou o trono a partir de 31 de julho de 1750 e no ano seguinte nomeou secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), que logo tomou as rédeas do poder. Sua aclamação na Colônia do Sacramento, por causa da distância e tempo de viagem em navios a vela, ocorreu dois anos após sua subida ao trono, no momento em que se realizava a execução do Tratado de Madri.

Graças ao casamento de D. José, príncipe do Brasil e herdeiro de Portugal, com a princesa espanhola D. Maria Ana Vitória, as relações entre Espanha e Portugal passaram por longo período de paz no processo político e no campo comercial. O rei Fernando VI de Espanha casou em 1746 com a princesa portuguesa D. Maria Bárbara de Bragança. Seus ministros estabeleceram a política de neutralidade, procurando a aproximação com a Inglaterra e França, reatando relações com a Santa Sé. D. José de Carvajal y Lancaster, ministro de Estado de Fernando VI, enviou à corte de Lisboa seu memorial de julho de 1747, fornecendo os primeiros elementos para o tratado de limites entre as coroas ibéricas, que se efetuariam em 13 de janeiro 1750, no chamado de Tratado de Madri.

¹ Relação das festas que fez Luiz Gracia de Bivar... *Revista Americana*, n. 11-12, 1919, p. 100-111.

Desde 1680 que os espanhóis sitiavam e atacavam a cidadela da Colônia do Sacramento, com breves momentos de trégua. Graças ao Tratado de Madri em execução, as autoridades civis e militares de Buenos Aires foram convidadas para participarem da aclamação de D. José I.

Luís Gracia de Bivar, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e sargento-mor de batalha, assumiu o governo da Colônia de Sacramento em fevereiro de 1749.² Como autoridade maior, organizou os festejos de aclamação de D. José I, que contou com a participação de seus subordinados, da população da Colônia de Sacramento e de convidados de Buenos Aires.

O sargento-mor de Ordenança Manoel Lopes Fernandes, o capitão Jerônimo Pereira do Lago, o capitão Manoel Pereira Franco, José da Costa Bandeira e Diogo Gonçalves Lima ajudaram nas despesas do festejo de aclamação, conforme folheto publicado em 1753, na oficina de Pedro Ferreira, impressor da Sereníssima Rainha, em Lisboa.

Os festejos começaram no dia 1º de fevereiro, quando o governador Bivar compareceu à igreja matriz para assistir à bênção do Estandarte Real, acompanhado de todos os oficiais. No fim da solenidade religiosa, deu-se salva de artilharia.

Em seguida, o meirinho, o escrivão e o porteiro saíram em bando pelas ruas, acompanhados de trompas, parando em cada esquina para tornar público a ordem do governador de três dias de luminárias. Era costume em regozijo iluminar com lâmpadas de óleo as fachadas das casas. Chamava-se de bando a comunicação pública feita em cada esquina da cidade.

Na manhã do dia dois reuniram-se na casa do governador Bivar o escrivão da Fazenda Real, seis pessoas do comércio, todos os militares graduados e das Ordenanças e da Marinha, pessoas seculares e os eclesiásticos, tanto espanhóis como portugueses, todos com uniforme de gala ou melhores roupas, para formarem um cortejo organizado por categorias sociais e de acordo com a patente militar e com o cargo eclesiástico.

O cortejo solene seguiu para a igreja matriz. Na frente iam cinco negros tocando trombetas, vestidos de encarnado, agaloados de seda cor de ouro e dois negros tocando tímboles, com capas de Damasco carmesim, agaloados de ouro fino e mesma libré dos outros cinco. Os tímboles eram pequenos tambores de cavalaria.

² MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Globo, 1937, p. 361.

Logo após vinha o meirinho geral com seu escrivão em passos solenes. O meirinho era o oficial de justiça que prendia os acusados, antigamente era o magistrado maior da comarca. Depois vinham todos os padres seculares e religiosos.

A Companhia de Granadeiros formava duas alas, na frente das quais iam quatro músicos tocando trompas e flautas. As trompas eram instrumentos de sopro maiores que as trombetas. Os músicos estavam vestidos com a libré da casa do governador Bivar.

No centro das alas ia o sargento-maior (major) da Ordenança, Manoel Lopes Fernandes com seu ajudante. Atrás deles seguia o secretário do Governo com uma bolsa, onde guardava a carta que veio de Portugal para ser lida na solenidade.

Na seqüência vinham, em duas fileiras, as seis pessoas que formavam o corpo dos comerciantes da Colônia do Santíssimo Sacramento. Atrás deles seguia o escrivão da Fazenda, com o Estandarte Real. Após, com toda a solenidade, o governador com quatro criados graves de sua família. No final, fechavam as alas o capitão e os subalternos de Granadeiros.

O documento informa que o cortejo solene percorreu as principais ruas da Colônia do Sacramento, até chegar ao arco triunfal armado no Terreiro do Portão. Passaram pelo arco e as autoridades subiram a escada que dava acesso à varanda do Teatro, onde se faria a aclamação. O governador Bivar subiu a escada levando o Estandarte Real. A tropa da praça de guerra estava formada no largo fronteiro ao teatro, sob o comando do mestre de campo Manoel Botelho de Lacerda. Na varanda colocaram um magnífico docel, fechado por cortinas, que, num dado momento, foram descerradas mostrando o retrato de D. José I. Todos os acompanhantes do cortejo prestaram cortesia ao rei. O interessante é notar que o retrato representava o rei. Por isso o secretário tomou vênica ao retrato, isto é, ao rei, para ler a carta que o governador Bivar recebera do Secretário de Estado, Sebastião de Carvalho e Melo, que dizia o seguinte:

“No dia 31 de julho de 1750 foi Deus servido levar para sua Santa Glória o Senhor Rei D. João quinto e no dia 7 de setembro do mesmo ano se fez nesta Corte a Aclamação pública de Sua Majestade, que Deus guarde, o Fidelíssimo Senhor Dom José, o Primeiro.

Lisboa, 2 de setembro de 1750. Diogo de Mendonça Corte Real.

Senhor Governador da Nova Colônia do Sacramento Luís Gracia de Bivar.”

Após a leitura, o governador Bivar se aproximou da varanda, com o Estandarte Real à sua direita e à esquerda o secretário que em voz alta fez a aclamação:

“Ouvi, ouvi, ouvi e estai atento: Real, Real, Real pelo Muito Alto, mui poderoso e Fidelíssimo Senhor Dom José, o primeiro. Viva, viva, viva.”

Os espectadores responderam várias vezes com viva! Os soldados deram três descargas de mosquetes e depois a artilharia da praça também disparou suas peças com tiros de salva. Os canhões da fortaleza da ilha de S. Gabriel responderam com tiros de salva, acompanhados pelas baterias dos navios e faluas surtos no porto.

Em seqüência à ruidosa manifestação, o governador Bivar prestou reverência ao retrato, sendo imitado por todos que desfilaram em frente da imagem do rei D. José. O cortejo, na mesma ordem que veio, seguiu para a Igreja Matriz, que estava engalanada e iluminada, com o Santíssimo exposto. Os músicos, com instrumentos vindos de Buenos Aires por ordem do governador Bivar, entoaram música sacra. No fim do *Te Deum laudamus* as baterias deram a segunda salva e o Estandarte Real foi colocado ao lado do Evangelho. O governador sentou no lugar de honra. O secretário, o escrivão e as seis pessoas que representavam o Comércio ocuparam os assentos rasos em frente da cadeira do governador, numa clara demonstração de hierarquia.

Cantou-se a missa e o padre Antônio Simões, superior da Companhia de Jesus, proferiu o sermão que tinha como tema a Purificação de Nossa Senhora e a aclamação do rei. O padre Antônio Simões referiu-se ainda sobre os três anos de bom governo de D. Luís Gracia de Bivar. Ao terminar a missa, encerrou-se o Santíssimo. As baterias dispararam a terceira salva. A cerimônia findou com o cortejo levando o Estandarte Real e o governador Bivar até sua casa.

A festa continuou à noite, quando o governador deu jantar público a mais de setenta pessoas, todas de distinção. Por três noites repetiu-se o laudo banquete.

O governador Bivar brindou ao Rei D. José I e a “Augustíssima Rainha, nossa senhora”. A artilharia respondeu com salva. A seguir o governador brindou à saúde de Suas Majestades Católicas, fazendo dar mais uma salva pelos obséquios devidos a Fernando VI e à D. Maria Bárbara de Bragança, aliados de Portugal e também para lisonjear aos espanhóis que ocupavam três mesas do banquete.

Para marcar o ato de aclamação, mandou o governador Bivar soltar muitos presos e repartir entre a pobreza muitas esmolas. Ordenou que houvesse máscaras durante os seis dias que ainda restava de festejo, recomendando sossego e ameaçando com castigo. O cronista ressalta que durante o governo não houve mortes e nem roubos na praça de Sacramento por ser o governador respeitado. A mascarada era uma função popular em que apareciam pessoas disfarçadas com máscaras de cetim, veludo ou papelão, dançando, correndo ou dizendo graçolas pelas ruas.

Na segunda noite levaram à cena a *Tragicomédia dos estudantes*, recitada no Teatro do Trem (Arsenal), sob aplausos dos espectadores.

No dia três realizaram as *Festas de Cavalo* no terreiro da praça, que já estava com trincheiras, palanques e camarotes, conforme ordenara o governador Bivar. O cronista destaca que mais parecia obra da Corte, do que uso nas Índias, onde não se praticam as *Festas de Cavalo* com tanta regularidade.

Em sua varanda, o Governador admitiu o mestre de campo, os dois sargentos maiores da praça e do terço, os padres da Companhia de Jesus, o vigário da vara e da igreja e várias pessoas espanholas e portuguesas. Entre os que vieram de Buenos Aires os mais distintos eram José Vienne e Manoel de Oliveira Braga. Por baixo da varanda ficava o palanque das seis pessoas representantes do comércio e todos os estrangeiros e pessoas de maior graduação, que ficaram bem acomodados.

O festejo foi aberto pelo *Neto de Golilha à Espanhola*, espécie de mestre de cerimônia, que entrou acompanhado de dois volantes, vestidos com toda a perfeição. Depois das cortesias, levava as ordens que recebia do sargento-maior da praça para o governador, sobre tudo o que deveria acontecer no terreiro.

Entrou a companhia de Granadeiros, que fazia a guarda na praça, para realizar o primeiro exercício de arma e depois de fogo. Finalmente cada soldado lançou três granadas e se agruparam em quatro corpos que despejaram as pessoas do terreiro e ocuparam as quatro faces, guarnecendo-as.

Entraram vinte e quatro cavaleiros, sendo doze de encarnado e branco e doze de azul e branco, trazendo consigo vinte e quatro volantes com as mesmas cores, que faziam bela figura pelo uniforme que usavam.

O documento informa que os cavaleiros fizeram escaramuça, contoadas, alcanzias e canas, correram cabeças e finalizaram com

escaramuças de pistola e de espada, sob aplauso geral de todos os assistentes.

Estes exercícios, que serviam para adestrar os cavaleiros, estão registrados e explicados no *Livro de Cavalaria*, de Manoel Carlos Andrade. O cronista não explica os exercícios, porque eram de conhecimento de todos na época.³



Figura 1 – Exercício de correr as cabeças.

No exercício de correr as cabeças (Fig. 1), os cavaleiros formavam esquadrão com cinco cavaleiros, sincronizando os movimentos na pista através do guia. Quatro pagens ficavam nos cantos, para entregar e receber armas dos cavaleiros. O cavaleiro-guia partia para o primeiro canto e com a lança levantada na vertical, fazia o cavalo girar, enquanto seus companheiros erguiam as lanças em posições diferentes. Avançava de lança em riste até o outro canto onde estava o suporte com a argolinha, tirando-a com a lança, obrigando o cavalo a meia parada, entregando a lança para o pagem, depois executava um círculo com a garupa do animal no centro, recebendo o dardo; retrocedendo até o meio do caminho

³ ANDRADE, Manoel Carlos de (1790). *Luz da liberal e nobre arte da Cavalaria*. Edição fac-similada. Brasil: Aero, 1986.

onde, numa coluna estava a cabeça de Medusa, devia atirar-lhe o dardo; avançava em diagonal até o terceiro canto, fazendo a montaria girar, para dar tempo para os demais do esquadrão executarem suas tarefas. O guia pegava a pistola, engatilhava enquanto avançava para o último canto, ao passar pelo poste com a cabeça de Polifemo, atirava para que caísse no chão. Chegando no quarto canto, fazia girar o cavalo nas patas traseiras, enquanto tirava a espada da bainha, dando tempo para os componentes de seu esquadrão realizarem com sincronismo as tarefas anteriores. Depois avançava pela lateral do campo, estoquiando a cabeça de Tifeu, que estava num pequeno suporte sobre o chão, entregando-a com a espada para um pagem quando retornava ao terceiro canto. A escaramuça era realizada a galope. As cabeças de Medusa e de Polifemo eram de madeira, a de Tifeu, de papelão.⁴



Fig. 2 – Exercício das alcanzias.

Alcanzia era uma bala oca de barro, cheia de cinza ou de flores, que se arremessava no cavaleiro adversário nos torneios de cavalaria (Fig. 2). Dois esquadrões de cavaleiros permaneciam nos

⁴ Andrade, op. cit., p. 426-428.

castelos em cada extremo da pista. Um cavaleiro saía a galope até o castelo oposto e cumprimentava um cavaleiro, retornando a galope, perseguido pelo desafiado. Os cavaleiros jogavam alcanzias e se defendiam com escudo de lata ou de papelão, evitando ser atingidos pelas arremessos dos petardos do adversário.

O desafio das canas era um torneio semelhante ao das alcanzias (Fig. 3). Um cavaleiro, portando uma cana de cinco palmos na mão direita e outra presa entre a perna direita e o cavalo deveria ir a passo desafiar um cavaleiro do castelo oposto. Na perseguição a galope o desafiante arremessaria as canas e o desafiado tentaria se esquivar e se defender com a espada.



Figura 3 – Exercício das canas.

A escaramuça de contoadas era com golpes com o coto da lança ou bastão. Os esquadrões ocupavam seus castelos, o desafiante fazia cortesia e depois percorriam a pista com o desafiado, trocando golpes com o coto das lanças. Havia tempos marcados para o manejo das lanças e passos dos cavalos.

A escaramuça de pistola era com cabeças de pau servindo de alvo. As armas eram preparadas com o cavalo a galope, quando o cavaleiro deveria abrir o fecho, engatilhar, apontar e disparar em movimentos sincronizados.

A escaramuça à espada era semelhante à corrida das lanças de contoadas.

Segundo o cronista, todos os assistentes aplaudiram o excelente desembaraço dos cavaleiros nos diferentes tipos de escaramuças.

À noite, o governador Bivar deu um baile de máscara e serviu um magnífico refresco de doces e bebidas de vários tipos. Estiveram no baile a senhora Rita de Melo, mulher de José Vienne e a mulher do mestre de campo (coronel) Manoel Botelho de Lacerda e do sargento-maior da praça. As senhoras da cidadela da Colônia do Sacramento obsequiaram a senhora Rita que viera de Buenos Aires.

No dia quatro se representou no Teatro do Trem uma loa muito discreta. A loa era a fala de um tronco, retirado da floresta, louvando a aclamação de D. José I. Depois representaram a comédia *Armas de Hermozura*, com três bailes e algumas danças primorosas.

No dia cinco, repetiram no terreiro da Praça as cavalhadas do torneio anterior e trazendo novas escaramuças como cavalheiros a tortilhas, pombos à lança, patos à mão e alguns carneiros à espada.

Nas escaramuças a tortilhas, as alcanzias eram substituídas por pequenas tortas, arremessadas contra o cavaleiro do esquadão adversário.

No torneio de pombos à lança, os cavaleiros realizavam diversas figuras com seus cavalos a galope e a passo até acertarem com um golpe de lança os pombos vivos atados pelas ventas ou pelo pescoço, com as fitas presas num suporte. Aquele que trespassasse as aves, deveria oferecê-las a alguém da assistência, dizendo alguma galanteria. Nas fitas dos pombos poderiam estar presos versos.

À noite realizaram uma serenata na casa do governador Bivar, que ofereceu um baile de máscaras com o refresco de doces e bebidas, tendo como assistências as senhoras donas. Enquanto isso os moradores da Colônia divertiam-se correndo mascarados pelas ruas.

A programação do dia seis foi diferente. Iniciou com a corrida de touros no Terreiro da Colônia. Cinco capinhas (toureiros) espanhóis, vestido à custa do governador Bivar, realizaram uma série de passos, toureando à maneira de Espanha. Um cavaleiro, com máscara ao uso da terra, toureou de maneira diferente da Europa. O cronista não explica qual a maneira de tourear.

À noite realizou-se o terceiro baile de máscara na casa do governador, com o refresco, contradanças animadas e presença das senhoras donas.

No dia sete houve touradas e o governador distribuiu dinheiro entre os toureiros.

À noite, o governador ofereceu o último baile de máscaras, com magnífica ceia. A festa durou até amanhecer, segundo o cronista, nem pareciam que estavam nos Estados da Colônia, mas sim na Corte em Lisboa.

O documento encerra com a referência às custosas vestimentas que o governador Bivar fez para esta função, não só para ele mas também para toda a comitiva dos criados graves, particulares, comuns e ultimamente para todos os seus escravos. Infelizmente não quantifica o que o governador gastou para a festança, nem se usou dinheiro público ou de seu próprio bolso.

Apesar dessa demonstração festiva de fidelidade, o governador Bivar registrou, em sua correspondência, a existência de desertores que se refugiaram em território espanhol. O soldado desertor cometia a transgressão que era classificada como infidelidade passiva de punição física, como prisão e chibatadas.

A sociedade hierarquizada do século XVIII cuidava do respeito às autoridades, principalmente ao rei, que era o representante de Deus na terra. Pelo respeito garantiam a graça do governante e de Deus. Na aclamação, a festa profana que atinge o povo, mistura-se com o ritual religioso, numa demonstração de que não havia separação entre o mundo civil e religioso. O rei exigia fidelidade, que devia ser demonstrada publicamente para servir de exemplo. A fidelidade ao rei tinha o objetivo de manter a ordem política com normas sociais, políticas e econômicas.

Outro fator importante nesta festa de aclamação a D. José I é a execução de exercícios da arte da Cavalaria por parte da guarnição da Colônia do Sacramento, formada por soldados de Ordenança, milícia irregular que só se disciplina em tempo de guerra para defesa do território. As escaramuças de cavalaria, a trote, a galope e a passo, executando figuras com o animal, requeriam treino e competência. As escaramuças, ante espanhóis convidados, era uma demonstração de que os portugueses estavam disciplinados e preparados para a guerra.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manoel Carlos de (1790). *Luz da liberal e nobre arte da Cavalaria*. Edição fac-similada. Brasil: Aero, 1986.
- FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1986.
- MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Globo, 1937.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954.
- RELAÇÃO das festas que fez Luiz Gracia de Bivar. *Revista Americana*, n. 11-12, 1919, p. 100-111.
- RIO BRANCO, Miguel Paranhos de. *Alexandre de Gusmão e o tratado de 1750*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953.